FOLHA Nº 1122

TERMO DE CONTRATO Nº006 /2022 - PMS

TOMADA DE PREÇOS nº 002/2022

Processo Administrativo nº 006/2022

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA INSTALAÇÃO DE UM COMPLEXO DE MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA, QUE UTILIZA COMO FONTE A ENERGIA SOLAR, AO SISTEMA ELÉTRICO DA CONCESSIONÁRIA LOCAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SOCORRO DO PIAUÍ – PI, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE SOCORRO DO PIUAÍ/PI E A EMPRESA LUMINA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

CONTRATANTE:O MUNICÍPIO DE SOCORRO DO PIAUÍ/PI, pessoa jurídica de direito público interno, com sedena Rua Odilon Claro de Moura, 115, Centro, Socorro do Piauí-PI – CEP: 64720-000, inscrita noCNPJ. nº 06.553.671/0001-66, neste ato representada pelo senhor Prefeito Municipal JOSE COELHO FILHO, com competência para assinar contratos, doravante denominado apenas CONTRATANTE.

CONTRATADA: Lumina Instalações Elétricas LTDA, CNPJ nº15.505.057/0001-10 com sede na Rua Vereador Luís Vasconcelos nº 975, bairro São Cristóvão, CEP: 6452-250, na Cidade de Teresina-PI, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ORIGEM

O Contrato reger-se-á pela Lei n° 8.666/93, e tem como origem a TOMADA DE PREÇOS 002/2022, a ele estando absolutamente vinculada em todos os seus termos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA INSTALAÇÃO DE UM COMPLEXO DE MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA, QUE UTILIZA COMO FONTE A ENERGIA SOLAR, AO SISTEMA ELÉTRICO DA CONCESSIONÁRIA LOCAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SOCORRO DO PIAUÍ – PI, nos termos da TOMADA DE PREÇOS n° 002/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Pelo objeto deste contrato, o município contratante pagará à CONTRATADA o seguinte valor de R$329.682,16 (trezentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos), conforme as cláusulas deste contrato e demais condições estabelecidas na lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E DA EXECUÇÃO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela prestação dos objetos para o município de Socorro do Piauí-PI, à medida que forem executados, através de ordem de serviço mediante apresentação da NOTA FISCAL e RECIBO em quatro vias, devidamente atestada pelo setor responsável pela ordem de serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA LEGALIDADE

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal, a saber: FPM, ICMS, Operação de Crédito BB E OUTROS RECURSOS TRIBUTÁVEIS; Elemento de despesa: 33.90.39.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme art. 57, I da Lei de Licitações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E TÉRMINO DO CONTRATO

O presente Contrato se extingue com o termo final disposto na Cláusula Quinta, salvo se houver prorrogação através de aditivo, mas poderá ser rescindido a qualquer tempo, por interesse de qualquer uma das partes ou mediante a emissão de aviso prévio de no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, com prova de recebimento, ou no caso de ocorrer entendimento pela não obrigatoriedade de entregar o objeto.

Parágrafo Primeiro – dos Outros Casos de Rescisão

a) Haverá, ainda, rescisão do presente contrato, a critério da parte interessada, na ocorrência:
b) Por inadimplemento;
c) Desobediência à Cláusula Sexta;
d) Impossibilidade ou recusa da CONTRATADA em dar continuidade na execução do serviço;
e) Na hipótese de transferência da execução deste contrato a terceiros, no todo ou emparte, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

f) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

g) Na ocorrência de qualquer motivo previsto nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo

Nos casos de rescisão, previstos nesta cláusula, serão observados os procedimentos previstos nos arts. 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, no que couber sua aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – CLÁUSULA DERROGATIVA

A Contratada se obriga a manter, durante a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DO INADIMPLEMENTO

O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato será comunicado, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias após a ocorrência, pela parte prejudicada à infratora, a fim de que esta providencie a devida regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que a não regularização implicará na imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

A CONTRATADA inadimplente, total ou parcialmente, ficará sujeita às sanções legais, a saber:

a) advertência;

b) multa de 0,3% por dia de atraso até o trigésimo dia ultrapassado do prazo, além de receber multa de 10% calculados sobre o valor do contrato;

c) impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO

O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, cumulativamente ou não, qualquer das medidas acima, a seu critério, não obstando que o contrato seja rescindido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Simplício Mendes (PI) como competente,

renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir dúvidas, e questões decorrentes deste Contrato.

FOLHA 1425 Nº

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Toda e qualquer alteração no conteúdo ou objeto deste contrato deverá ser processada de comum acordo entre as partes, sendo oficializada através do correspondente Termo Aditivo. Vigoram para o presente Contrato, todos os termos da TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022, como se nela estivesse transcrito.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato, em três vias de igual teor, na presença de testemunhas que também o assinam.

Socorro do Piauí-PI, 24 de agosto de 2022.

Município de Socorro do Piauí/PI
José Coelho Filho – Prefeito Municipal

LUMINA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA
CNPJ nº15.505.057/0001-10

LUMINA INSTALAÇÕES ELÉTRICA LTDA
Ulisses Martins Campos de Melo Filho
Sócio Administrador
CPF: 049.464.493-10

TESTEMUNHAS:

CPF: 149.991.388-59

CPF: 654.367.843-72